



Público	Periodicidade: Diário	Temática: Saúde
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 267
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 46948	Página (s): 1/9
26-07-2011		

Centenas pediram

Médicos querem continuar a receitar à mão

● A prescrição electrónica é obrigatória para medicamentos comparticipados a partir de segunda-feira, mas a Ordem dos Médicos já recebeu “algumas centenas” de pedidos de clínicos que alegam não ter capacidade para se adaptarem. → Portugal, 9

Centenas de médicos querem continuar a receitar à mão

Alexandra Campos

Clínicos alegam, sob compromisso de honra, que não têm capacidade para utilizar sistemas informáticos

● A prescrição electrónica passa a ser obrigatória para medicamentos comparticipados a partir da próxima segunda-feira, mas há médicos que vão poder continuar a receitar à mão, como sempre fizeram. A Ordem dos Médicos (OM) já recebeu “algumas centenas” de pedidos de clínicos que alegam não ter capacidade para se adaptarem a sistemas informáticos e que, por esse motivo, podem beneficiar do regime excepcional que lhes permite usar receitas manuais sem quebra de comparticipação, adiantou ao PÚBLICO o bastonário José Manuel Silva.

São basicamente médicos reformados, mas ainda a exercer medicina pri-

vada, alguns dos quais com mais de 80 e até 90 anos, esclarece. Aliás, o significativo número de pedidos de exclusão da obrigatoriedade da prescrição electrónica - que ainda vai aumentar, porque o processo de registo para este efeito na OM apenas termina amanhã - não surpreende José Manuel Silva, tendo em conta o envelhecimento da classe médica (num total de 42 mil clínicos inscritos na OM em 2009, cerca de 5500 tinham 65 ou mais anos).

Para poderem continuar a passar receitas à mão, os médicos registam-se na OM, alegando, sob compromisso de honra, incapacidade para utilização de *software*. A Ordem prepara-se para lhes fornecer depois um carimbo, de forma a que possam assinalar a excepcionalidade deste modelo nas receitas, como a lei estipula. Além desta inadaptação, estão previstas outras excepções: clínicos que passam até um máximo de 50 receitas por mês, prescrição no domicílio e falência do sistema informático.

A poucos dias da entrada em vigor da medida - que estava prevista no

Exames passados por computador

Meios de diagnóstico e terapêutica com maior controlo a partir de 1 de Setembro

Depois dos medicamentos, a partir de 1 de Setembro também os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) serão passados electronicamente para poderem ter a respectiva comparticipação estatal. O despacho que estabelece a obrigatoriedade da prescrição de MCDT através de documentos electrónicos foi publicado na sexta-feira. Esta medida também estava prevista no memorando de entendimento com a *troika*.

Os prazos de operacionalização do novo modelo são igualmente apertados: até 12 de Agosto, a Administração Central do Sistema de Saúde deve apresentar os requisitos das aplicações informáticas e os fornecedores



têm até ao dia 30 para declarar conformidade.

No caso dos MCDT, o bastonário da Ordem dos Médicos está convencido de que a obrigatoriedade de prescrição electrónica não terá “tanto impacto na medicina privada” como acontece com os medicamentos, porque os subsistemas de saúde “não estarão englobados”.

memorando de entendimento com a *troika* e já foi adiada por duas vezes -, o bastonário continua a afirmar que teria sido melhor generalizar as receitas electrónicas a partir de 1 de Outubro, após as férias, apesar de se mostrar satisfeito com as concessões entretanto efectuadas pela tutela.

No dia 1 de Agosto, prevê, “nem os médicos vão estar todos prontos nem as empresas [que fornecem as aplicações informáticas] têm capacidade de resposta”. A lista das 30 aplicações homologadas pela Administração Central do Sistema de Saúde apenas foi publicada no dia 19, numa altura em que muitos estavam de férias, nota. A Ordem dos Médicos ainda propôs um novo adiamento, mas o Ministério da Saúde preferiu manter a data. Numa fase de transição, porém, “durante um ou dois meses, haverá alguma benevolência e bom senso na avaliação das prescrições”, acredita José Manuel Silva, que diz ter obtido essa garantia durante uma reunião com o chefe de gabinete do secretário de Estado da Saúde.